

A FORMAÇÃO DAS CRENÇAS NA TEORIA DO CONHECIMENTO HUMIANA*

THE FORMATION OF BELIEFS IN THE HUMEAN THEORY OF KNOWLEDGE

Francisco Alvarenga Junnior Neto**

Larissa Cristina Gomes Teixeira***

RESUMO:

Neste texto temos a intenção de apresentar e discutir a forma como o importante filósofo escocês David Hume (1711-1776), em sua teoria do conhecimento e filosofia, compreende o processo de formação das crenças, a qual foi fundamental para o empirismo britânico e para a filosofia dos séculos posteriores. Para tanto, de início, iremos apresentar a distinção fundamental que o filósofo realiza entre impressões e ideias, segundo a qual impressões são mais fortes e vivazes que as ideias e, por isso, são compreendidas como a origem de todo o conhecimento. Feito isso, discutiremos a importância e o papel da causalidade para a composição e o surgimento da crença em sua teoria do conhecimento e como esse efeito se relaciona com outros elementos da filosofia humiana para tal. Por fim, iremos apresentar a compreensão de Hume segundo a qual seria por meio do hábito, em relação com a causalidade, que elaboramos nossas crenças.

PALAVRAS-CHAVE: crenças; hábito; ideias; teoria do conhecimento.

ABSTRACT:

In this text we intend to present and discuss how the important Scottish philosopher, David Hume (1711-1776), in his theory of knowledge and philosophy, understands the process of formation of beliefs, which was fundamental for British empiricism and for the philosophy of later centuries. To do so, at first, we will present the fundamental distinction that the philosopher makes between impressions and ideas, according to which impressions are stronger and more vivid than ideas and, therefore, are understood as the origin of all knowledge. Having done this, we will discuss the importance and role of causality for the composition and emergence of belief in his theory of knowledge and how this effect relates to other elements of Hume's philosophy for such. Finally, we will present Hume's understanding according to which it would be through habit, in relation to causality, that we elaborate our beliefs.

KEYWORDS: beliefs; habit; Hume; ideas; theory of knowledge.

* Artigo recebido em 01/12/2022 e aprovado para publicação em 20/12/2022.

** Doutorando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: franciscocmf@gmail.com.

*** Mestranda em Filosofia pela Università degli studi di Verona (Univr). Graduada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: larissa.gomes02.lg@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre a noção de crença em um autor empirista e, principalmente, em David Hume (1711-1776), coloca-nos defronte a uma pesquisa de duplo sentido: de uma epistemologia da natureza humana e de uma natureza da epistemologia (COELHO NETO, 2008)¹. Isso porque uma das intenções do filósofo escocês foi retirar da razão a visão de que ela seria a principal faculdade constitutiva do conhecimento, contrariando, assim, a tese racionalista do século XVII. Em outras palavras, isso significa dizer que a intenção central de Hume sobre essa questão foi proceder a uma naturalização do processo de formação do conhecimento. Para tanto, foi necessário que a sua teoria do conhecimento ofertasse elementos e ferramentas capazes de substituir a visão racionalista, a partir de uma teoria baseada na análise da natureza do aparato cognitivo.

No intuito de demarcar nossa discussão, nosso objeto de estudo será o processo de surgimento das ideias e articulação das crenças. Como veremos, para Hume, crenças não são frutos de raciocínios que levam a certezas claras e distintas, como defende René Descartes (1596-1650) e outros racionalistas, mas sim de certos fundamentos da natureza cognitiva humana. Assim, a tarefa à qual nos propomos é verificar qual o procedimento pelo qual uma ideia surge e se intensifica a ponto de ser capaz de gerar uma crença.

DA DIFERENÇA ENTRE IMPRESSÕES E IDEIAS

Dizem, devemos nos assegurar por meio de uma cadeia argumentativa deduzida de algum princípio original que não tenha a menor possibilidade de ser fraudulento ou enganoso. Mas nem existe qualquer princípio original desse tipo, dotado de uma prerrogativa sobre outros que são autoevidentes e convincentes; nem, se existisse, poderíamos avançar um passo além dele, a não ser pelo uso daquelas próprias faculdades das quais se supõe que já desconfiamos. (HUME, 2004, p. 204).

De início, precisamos considerar a existência de uma gradação na teoria humiana. Para Hume a origem das ideias e de tudo aquilo que se encontra presente na mente são as percepções, as quais, segundo ele, possuem graus distintos de vivacidade. Nas suas principais obras: *Tratado da natureza humana* (1739-1740) e *Investigações acerca do entendimento humano* (1748), Hume argumenta que as percepções da mente humana podem ser divididas

¹ Estamos considerando como natureza humana a capacidade cognitiva regular, apta a nos assegurar determinado grau de confiabilidade entre a experimentação de fatos e compreensão e organização destes na mente.

em duas espécies: impressões e ideias, as quais são cópias das impressões e possuem um grau mais fraco de vivacidade (HUME, 2001; HUME, 2004)². Em seu texto ele afirma:

Podemos aqui dividir todas as percepções da mente em duas classes ou espécies que se distinguem por seus diferentes graus de força e vivacidade. As que são menos fortes e vivazes são comumente denominadas ideias. A outra espécie carece de um nome em nossa língua, assim como na maioria das outras, e suponho que isto se dá porque nunca foi necessário para qualquer propósito, exceto os de ordem filosófica, agrupá-las sob algum termo ou denominação geral. Vamos então tomar uma pequena liberdade e chamá-las impressões, empregando a palavra num sentido um pouco diferente do usual. Entendendo pelo termo impressão, portanto, todas as nossas percepções mais vívidas, sempre que ouvimos, ou vemos, ou sentimos, ou amamos, ou odiamos, ou desejamos ou exercemos nossa vontade. (HUME, 2004, p. 34).

Sendo fenômenos distintos, impressões e ideias exercem sobre a mente efeitos distintos e particulares entre si. No que tange a impressões, considerando que elas são percepções de origem sensorial, com as quais temos contato direto por meio da experiência do real, a ação que desse contato se origina leva-nos à realização de ações irrefletidas, uma vez que a intensidade com a qual uma impressão se nos apresenta nos leva a considerar apenas uma possibilidade de ação.

Tal consideração preliminar acerca da natureza das impressões³ é significativamente importante, pois ela nos apresenta uma visão da estrutura do pensamento humano que é aquela na qual se deve considerar que, antes de qualquer experiência organizada ou mesmo antes de qualquer atividade mental de reflexão, temos percepções que nos colocam em relação ao mundo e que estas são distintas entre si.⁴ Dito de outra maneira, para Hume, tanto aquilo que nomeamos como conhecimentos quanto, em um segundo momento, os sentimentos, dependem da experiência para existir.

² Essa concepção de Hume acerca das impressões e ideias não o distancia apenas da tradição racionalista da filosofia moderna, mas também de alguns empiristas, como é o caso de John Locke (1632-1704), que no *Ensaio acerca do entendimento humano*, de 1695, afirma que ideias são originárias tanto dos objetos sensíveis externos quanto das operações internas de nossa mente (LOCKE, 1978).

³ É preciso considerar que a diferença entre impressões e ideias não se assenta em suas naturezas, mas sim no grau de vivacidade que cada uma possui. Nesse sentido, na teoria humana localizamos aquilo que podemos chamar de *princípio de anterioridade*, que define que toda ideia deve possuir uma impressão que se assemelha a ela, porém com grau de vivacidade mais elevado e de existência anterior ao dela (HUME, 2001, p. 26-32).

⁴ De acordo com Deleuze, antes de haver um entendimento, que funciona de maneira regular e permite-nos fazer inferências e esperar que o futuro ocorra assim como ocorreu o passado, as ideias estão soltas no espírito, momento em que a imaginação se encontra atomizada. “De um lado a psicologia do espírito é uma psicologia da ideia, dos elementos simples ou dos mínima, dos indivisíveis: ela ocupa, essencialmente, a segunda parte do sistema do entendimento, as ideias de ‘espaço e tempo’.” (DELEUZE, 2001, p. 18).

No que diz respeito às ideias, Hume considera que, por possuírem um grau menor de vivacidade, necessitam de um mecanismo ou princípio capaz de aumentar sua força de atuação e influência sobre a mente. Assim, podemos compreendê-las como fenômenos secundários às impressões. Em outras palavras, isso significa que devido à sua força e vivacidade, impressões são capazes de direcionar a mente a algo, uma vez que elas são capazes de transmitir a força da natureza da percepção que as origina; ou seja, aquilo que nomeamos por impressão é extraído diretamente da experiência⁵. Já as ideias, sendo fenômenos secundários e menos vivazes, têm sua origem nas impressões e não são capazes de exercer o mesmo grau de influência sobre a mente.

Hume ainda admite uma segunda divisão de nossas percepções: entre simples e complexas. Percepções simples não admitem separação, decomposição, enquanto as percepções complexas podem ser fracionadas em partes distintas. Vale ressaltar que, como se pode perceber, no tocante às percepções, não há uma diferença considerável entre elas. Como afirmado anteriormente, o aspecto no qual elas se distinguem é em relação ao grau de força e vivacidade que cada uma possui. Ainda, segundo Hume (2001, p. 28), “[...] todas as nossas ideias simples em sua primeira aparição, derivam de impressões simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão”, o que não ocorre com as percepções complexas, para as quais não há correspondência entre impressões e ideias. Segundo ele: “[...] muitas de nossas ideias complexas jamais tiveram impressões que lhes correspondessem, e que muitas de nossas impressões complexas nunca são cópias de maneira exata como ideias” (HUME, 2001, p. 27).

Há, ainda, diferenças concernentes às ideias e impressões. Sobre as ideias, Hume pontua que elas podem ser primárias ou secundárias, sendo que as primeiras são derivadas das impressões, enquanto as segundas são derivadas das primeiras. Sobre as impressões, Hume afirma haver **impressões de sensação** e **impressões de reflexão**, sendo que as primeiras têm origem em nossa experiência da realidade, intermediada pelos sentidos, e geram imediatamente ideias diretamente correspondentes, enquanto as segundas são derivadas das primeiras.

Primeiramente, uma impressão atinge os sentidos, fazendo-nos perceber o calor ou o frio, a sede ou a fome, o prazer ou a dor, de um tipo ou de outro.

⁵ Em Hume, localizamos duas compreensões acerca do que é a experiência: primeiro da experiência enquanto origem, da experiência como impressão de sensação; segundo a partir de sua organização pela atividade dos princípios associacionistas.

Em seguida, a mente faz uma cópia dessa impressão, que permanece mesmo depois que a impressão desaparece e a qual denominamos ideia. Essa ideia de prazer ou de dor, ao retornar à alma, produz novas impressões, de desejo ou aversão, esperança ou medo, que podemos chamar propriamente de impressões de reflexão, porque derivadas delas. Essas impressões de reflexão são novamente copiadas pela memória e pela imaginação, convertendo-se em ideias – as quais podem gerar, por sua vez, outras impressões e ideias. Desse modo, as impressões de reflexão antecedem apenas suas ideias correspondentes, mas não posteriores às impressões de sensação, e delas derivadas. (HUME, 2001, p. 32).

Pontuar as concepções humianas acerca das impressões e das ideias é importante para nos retirar a convicção de que a mente possui uma capacidade que nos parece ser ilimitada. O próprio Hume, ao dizer sobre a mente e sua capacidade, infere que “[...] nada, à primeira vista, pode parecer mais ilimitado que o pensamento humano, que não apenas escapa a todo poder e autoridade, mas está livre até mesmo dos limites da natureza” (HUME, 2004, p. 35). Entretanto, na sequência, adverte: [...] “todo esse poder criador da mente consiste meramente na capacidade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que os sentidos e a experiência nos fornecem” (HUME, 2004, p. 35). Nesse sentido, o filósofo conclui que toda matéria relacionada ao desenvolvimento do conhecimento não é nada além de fruto de nossas percepções.

Disso se segue que, como veremos na próxima seção, crenças, em um sentido geral, são frutos da capacidade humana de perceber a realidade e por elas ser afetado. A fim de compreender esse processo, o filósofo escocês nomeia três princípios de conexão entre ideias, a saber: “semelhança, contiguidade no tempo ou no espaço, e causa ou efeito” (HUME, 2004, p. 42). Desses três princípios, ele considera que a semelhança e a contiguidade são, de certa maneira, conexões mais fracas, uma vez que não estão diretamente ligadas à experiência. Já a conexão construída a partir da causa ou do efeito é mais forte e vivaz⁶. Hume ainda aponta que tudo aquilo que é possível de ser concebido pela mente humana se divide em dois tipos:

Todos os objetos da razão ou investigação humanas podem ser naturalmente divididos em dois tipos, a saber, relações de ideias e questões de fato. Do primeiro tipo são as ciências da geometria, álgebra e aritmética, e, em suma, toda afirmação que é intuitiva ou demonstrativamente certa. (HUME, 2004, p. 53).

No texto humiano há alguns exemplos matemáticos para demonstrar o que são relações de ideias. Por esta classe do conhecimento ele concebe tudo aquilo que implica ser

⁶ Parece-nos que há uma relação necessária entre semelhança, contiguidade e causa ou efeito, na qual o princípio mais primordial é a causa e o efeito, sendo, dessa forma compreendida, a semelhança e a contiguidade como frutos da causa ou efeito, porém, não há indícios no texto humiano que indiquem claramente tal compreensão.

passível de contradição. Ao que tange às questões de fato, o contrário delas pode ser pensado sem que caiamos em contradição, uma vez que conseguimos, com certa facilidade, pensar seu contrário em ajuste com a natureza. “Que o Sol não nascerá amanhã não é uma proposição menos inteligível nem implica mais contradição que a afirmação de que ele nascerá.” (HUME, 2004, p. 54). Ainda, se quisermos nos convencer de que questões de fato são verdadeiramente o que são e não relações de ideias, basta nos perguntarmos como chegamos a tal conhecimento e, se nos for possível denominar uma causa e um efeito sobre o fenômeno, este é uma questão de fato. Para o filósofo, “[...] o conhecimento dessa relação não é, em nenhum caso, alçado por meio de raciocínios a priori, mas provém inteiramente da experiência, ao descobrirmos que certos objetos particulares acham-se constantemente conjugados uns aos outros” (HUME, 2004, p. 55).

Assim, compreende ele que “causas e efeitos são descobertos não pela razão, mas pela experiência” (HUME, 2004, p. 56). Com isso, é preciso considerar que a teoria do conhecimento humiana é naturalista, todavia não podemos compreendê-la como um reducionismo a postulados ligados à experiência – como algo forçoso –, pelo contrário, o que ela realiza é uma explicação de um processo natural da organização de todo aparato cognitivo (KAIL, 2011). Em outras palavras, a intenção de Hume é explicar como ocorre o processo de conhecimento humano de forma a negar a necessidade de uma apelação à metafísica.

Partindo do exposto até aqui, fica evidente que Hume considera que não há conhecimento sem experiência. Para ele não há argumento racional capaz de mover o indivíduo a algo, mas sim, o que o move são os sentimentos (JUNNIOR NETO; PASSOS, 2019), pois, por mais que a imaginação seja fruto da mente, ela só é capaz de existir a partir do momento em que há experimentação do mundo pelo indivíduo mediante as percepções.

CAUSALIDADE E CRENÇA

No livro *Investigações sobre o entendimento humano*, na segunda parte da quinta seção, Hume (2004, p. 81) define crença como sendo uma sensação ou sentimento que

[...] deve ser provocado pela natureza e provir da situação em particular em que a mente se encontra em uma determinada ocasião. Sempre que um objeto qualquer é apresentado à memória ou aos sentidos, ele imediatamente, pela força do hábito, leva a imaginação a conceber o objeto que lhe está usualmente associado, e essa concepção é acompanhada de uma sensação ou sentimento que difere dos devaneios soltos da fantasia.

Nesse sentido, nossa intenção é de apresentar o papel da causalidade para a formação de uma crença, uma vez que o próprio Hume (2001) compreende que sem a causalidade, inferir algo seria improvável. Partindo daí, é precípuo entender que a causalidade é vista por Hume como um fator indispensável aos nossos raciocínios e, por conseguinte, crenças, então, se encontram amparadas em um mecanismo nomeado pelo filósofo como **inferência causal**.

É bem verdade que não basta a causalidade para a formação de uma crença; é preciso também outros fatores como **semelhança e contiguidade**⁷, porém estes fatores possuem um papel secundário⁸. Por meio da causalidade podemos afirmar que algo acontecerá. Para isso, é preciso que tenhamos uma relação entre a percepção do momento presente e daquilo que Hume chama de hábito ou costume, que não é outra coisa senão resultado da consciência da ocorrência repetida de um fenômeno e/ou ação. Se pela semelhança podemos relacionar ideias parecidas; podemos unir ideias que apresentam características em comum; e pela contiguidade no tempo e no espaço, podemos passar de um objeto a outro de maneira regular, permitindo-nos relacionar e percorrer o tempo e espaço a partir de um padrão verificável, a causalidade permite que possamos inferir algo acerca de uma situação futura.

Na terceira parte, da nona seção, do livro I do *Tratado*, localizamos Hume argumentando em defesa da tese de que sem a causalidade não haveria raciocínios ou convicções, uma vez que as relações de contiguidade e semelhança não seriam fortes o suficiente para produzir qualquer efeito sobre a mente. Nesse sentido, qualquer efeito de determinação sobre a mente ou mesmo regularidade ao pensamento depende da relação entre estes três fatores, sendo o principal a causalidade. Hume (2001, p. 140) ainda defende ser preciso que a mente seja influenciada pela causalidade para inferir a existência de algo, uma vez que aquilo por ela apresentado à mente é fixo e inalterável.

Com isso, não dizendo que a semelhança e a contiguidade não sejam importantes para a formação da crença, mas frisando o seu papel de assessoria à causalidade, o que se compreende é que há uma relação na qual essas duas intensificam a ligação entre ideias e impressões, surgida pela causalidade, constituindo o mecanismo do qual se origina a crença. Em várias passagens de suas obras, Hume pondera sobre a natureza da crença, sobre a qual

⁷ Ver seção anterior.

⁸ Em seu livro *The philosophy of David Hume: a critical study of its origins and central doctrines*, Norman Kemp-Shimith (1964, p. 5) defende a independência da causalidade em relação a outros fatores constitutivos da crença: “Again, how has it come about that Hume, in treating of association of ideas, regards the law of causality as independent law, distinct from that of contiguity.”

afirma ser uma ideia vívida em relação a uma impressão presente, como ocorre na seguinte passagem do *Tratado*: “[...] se pudermos provar essa afirmação em vários novos casos além daqueles que já observamos, teremos um argumento bastante considerável a favor da tese de que a crença não é senão uma ideia vívida relacionada a uma impressão presente” (HUME, 2001, p. 141). Nesses termos, enquanto contiguidade e semelhança têm força limitada na determinação de ideias, causa e efeito exercem maior força sobre as ideias. Vejamos: “[...] basta observar que nenhuma relação produz uma conexão mais forte na fantasia e faz que uma ideia evoque mais prontamente outra ideia que a relação de causa e efeito entre os objetos” (HUME, 2001, p. 35).

Como podemos notar, Hume pondera que ideias se conectam mais fortemente quando são associadas pela causalidade, mas, em outro momento o filósofo é mais radical do que nas passagens vistas por nós até aqui e afirma que somente “[...] a causalidade produz uma conexão capaz de nos proporcionar uma convicção sobre a existência ou ação de um objeto que foi seguido ou precedido por outra existência ou ação” (HUME, 2001, p. 102).

Daí a formação das crenças; na seção VIII, Hume pondera que o que faz uma ideia ganhar força e originar uma crença é o estímulo exercido por uma impressão presente na mente. Como vimos, uma impressão possui mais força que uma ideia, sendo sua influência sobre o intelecto imediata. Assim, diz Hume, que a causalidade leva a mente a passar da impressão à ideia de forma automática, no sentido mecânico do termo; e é aqui que se origina a importância do hábito para o surgimento das crenças, visto que ele faz com que a verificação de um dado de forma repetida em uma experiência gere a expectativa do aparecimento de outro (HUME, 2001). Ou seja, quando nós nos encontramos diante de um objeto ou fato, o que está ocorrendo é que nós estamos sendo afetados por suas propriedades, por meio de nossos sentidos; quando isso ocorre, nossa mente realiza operações cognitivas que inferem a ocorrência dessas mesmas propriedades em momentos distintos. Vale ressaltar que Hume vê o surgimento das crenças como algo involuntário, que parte de uma impressão ou de uma ideia que se encontra na memória⁹.

Por fim, é profícuo compreender que argumentar a favor de que a causalidade é a fonte originária para o surgimento da crença traz à tona a concepção de haver um processo de conjunção constante entre objetos e fatos. Essa concepção pode ser entendida como o princípio que nos faz realizar ligações entre objetos e fatos distintos, mediante a causa e o

⁹ Kemp-Smith (1964, p. 236) ressalta a importância da memória na composição da inferência causal e, conseqüentemente, da crença natural, por preservar as percepções.

efeito (COELHO NETO, 2008). Quando, pela experiência, verificamos a ocorrência da imbricação de dois objetos ou fatos, se segue, então, que ao constatarmos a repetição inumerada de um fato ou objeto, temos a inclinação para crer que ele o é como foi no passado e como será no futuro.

HÁBITO E CAUSALIDADE

Como vimos na seção anterior, para a formação da crença o mecanismo central se constitui da relação causa e efeito, o qual gera no indivíduo a expectativa de que um objeto ou fato se fará presente na mente quando um objeto ou fato distinto, ligado a ele pela causalidade, se fizer novamente presente. Ao princípio que possibilita esse processo, Hume dá o nome de hábito¹⁰. O filósofo compreende que sem o hábito a mente passaria de um objeto a outro, de um fato a outro, sem que o indivíduo fosse levado a criar a expectativa de relação entre objetos e fatos quando de seus aparecimentos. Assim, podemos compreender que a inferência causal apenas ocorre se, e somente se, o hábito exercer sua influência sobre a mente. Sobre a interpretação acerca do que é o hábito, há autores que defendem que em Hume ele deve ser compreendido como um princípio de natureza, uma vez que o seu funcionamento se daria de forma mecânica e independente da vontade ou decisão do indivíduo¹¹.

O hábito, assim, é a propriedade que, por meio da relação com a experiência, produz um determinado efeito. Fazendo uma analogia, podemos compará-lo a um exemplo fora do campo filosófico. Vejamos a *Terceira Lei de Newton* (princípio da Ação e Reação), a qual diz que para toda força de ação existe uma força de reação que possui o mesmo módulo e direção (NEWTON, 1687)¹². Para nós, na questão filosófica humiana, a reação seria a capacidade que um indivíduo teria de projetar os acontecimentos vivenciados no passado em um momento futuro.

¹⁰ Cotidianamente tomamos hábito como aquilo que foi adquirido a partir da repetição inumerada de uma ação ou fenômeno. Em Hume, o hábito é visto como um sentimento que possibilita que o sujeito, por meio da justificação da imaginação na realidade, conceba que tal fenômeno venha a ocorrer no futuro tal qual ocorreu no passado. É dessa forma, fundamental para a existência de crenças.

¹¹ Entre os partidários dessa posição, se encontra João Paulo Monteiro (1984). Em sua interpretação desse tema, no artigo *Kant leitor de Hume*, ele defende que a noção de hábito constante na *Investigação sobre o entendimento humano*, de Hume, possui o sentido de uma faculdade da natureza humana, como um instinto natural.

¹² Com este exemplo, que nos interessa dizer é que, da mesma maneira que quando o *objeto A* exercer uma referida força sobre o *objeto B*, este, por sua vez, sempre responderá com uma reação, o mesmo ocorre com o hábito. Este princípio, para Hume, sempre que relacionado com a experiência, levará à formação de uma crença.

A ação do hábito faz com que a mente, quando ela está diante de um fato ou objeto, espere pelo aparecimento de um outro, ligado a ele. Por exemplo, quando vemos o relâmpago, intuitivamente, esperamos pelo trovão; ou ainda, quando estamos diante do fogo, esperamos pela sensação de calor. Outro exemplo possível é o seguinte: imaginemos que um indivíduo do século III a.C. viaje no tempo para o século XXI. Entre as várias coisas que por ele são desconhecidas, uma delas é a energia elétrica e como ela é transmitida por uma rede de cabos e fios. Suponhamos que em um dado momento, o viajante no tempo veja um fio que conduz eletricidade e por curiosidade o toque, recebendo, assim, uma descarga elétrica que o faz sentir uma dor no braço. Imaginemos, ainda, que este indivíduo considere que este evento foi algo isolado, que não ocorrerá novamente e que, ainda curioso, ele toque o fio pela segunda vez, recebendo outra descarga elétrica que o faz ter a mesma sensação de dor da experiência passada. Após essa segunda experiência, idêntica àquela ocorrida anteriormente, o viajante no tempo percebe que sempre que ele toca o fio, o mesmo fenômeno ocorre; então, ele conclui que sempre que ele tocar no fio o mesmo lhe ocorrerá tal como ocorreu em situações passadas. Partindo deste exemplo, Hume (2004, p. 106) entende que: “Elas [as pessoas] adquirem, por um longo hábito, uma disposição mental que, tão logo se apresente a causa, fá-las esperar com segurança o efeito que habitualmente a acompanha e mal supõem como possível que qualquer outro acontecimento pudesse dela ressaltar.”

Considerado por Hume (2004, p. 77) “o grande guia da vida humana”, o hábito estabelece, com força de necessidade, uma conjunção entre fatos e objetos. Podemos estabelecer o efeito do hábito da seguinte maneira: esperamos uma situação futura e cremos que as coisas se sucederão de uma determinada maneira; em outras palavras, somos capazes de afirmar que o futuro ocorrerá de maneira específica, baseados nos dados oferecidos a nós por situações e acontecimentos passados. “Com efeito, sempre que a repetição de algum ato ou operação particular produz uma propensão de renovar o mesmo ato ou operação sem que sejamos impelidos por qualquer raciocínio ou processo do entendimento, dizemos que essa propensão é um efeito do hábito.” (HUME, 2001, p. 151).

Assim, o hábito foi definido por Hume (2001, p. 152) como “[...] aquele princípio único que faz com que nossa experiência nos seja útil e nos leve a esperar, no futuro, uma sequência de acontecimentos semelhantes aos que verificamos no passado”. Sem o hábito, para Hume, nenhuma inferência seria possível. Inferência aqui, e em Hume, é entendida como a passagem de um objeto ou fato a outro não a partir de um ato mental, mas uma

passagem por meio de uma expectativa oriunda da repetição da experiência. Hume sintetiza isto da seguinte maneira:

Mas ninguém, ao ver um único corpo mover-se depois de ser impelido por outro, poderia inferir que todos os corpos se moverão sob um impulso semelhante. Todas as inferências derivadas da experiência, por conseguinte, são efeitos do costume e não do raciocínio. (HUME, 2001, p. 152).

Na *Investigação sobre o entendimento humano*, Hume retorna a essa questão da seguinte maneira:

Parece que, em casos isolados de operação de corpos, jamais podemos descobrir, mesmo pelo exame mais minucioso, algo além de um simples acontecimento seguindo-se a outro, e não somos capazes de apreender qualquer força ou poder pelo qual a causa operasse, ou qualquer conexão entre ela e seu suposto efeito (HUME, 2004, p. 112).

Finalmente, Hume (2004, p. 82) coloca o hábito como condição necessária para a articulação da crença, uma vez que ela “[...] é algo sentido pela mente, que distingue entre as ideias providas do julgamento”. É por meio dele que consideramos aquilo que é possível de repetição e, assim, organizamos nossa vida no âmbito particular e em relação aos demais indivíduos. Ele nos possibilita projetar o presente na direção daquilo que virá.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo apresentar, problematizar e responder a seguinte questão: como surgem as crenças na epistemologia de David Hume? Como vimos, elas podem ser compreendidas como o resultado da relação de diversos fenômenos cognitivos, com base nas experiências vivenciadas por um indivíduo. Vimos, ainda, que dentre os arranjos epistêmicos, para que surja uma crença é preciso que haja uma conexão necessária entre os fatos distintos, verificada e afirmada por meio da causalidade. Disto se segue que a base da epistemologia humiana não tem sua fundamentação restrita à lógica, mas da experiência sensível do mundo, que passa a ser compreendida e organizada pela mente, habituada à conjugação constante entre fatos e acontecimentos; a isto Hume chamou de hábito.

Assim, dentro do horizonte da teoria humiana, crenças passam a ser compreendidas como sentimentos, sensações ou, dito de outra maneira, originadas da nossa capacidade e maneira de sentir aquilo que se apresenta a nós. Com isso, podemos verificar que para o filósofo escocês há uma legítima aparência e proximidade entre aquilo que se desenvolve enquanto crença e aquilo que se desenvolve compreendido como sentimento de alegria e tristeza; ou seja, como o resultado da organização do intelecto a partir da afetação exercida pela realidade.

Por fim, com efeito, o desdobramento desse processo é que quando passamos a exigir que a experiência seja elevada ao papel de critério normativo para se aferir a veracidade de uma crença, ocorre uma eliminação da teologia natural, da superstição e da metafísica, uma vez que o tipo de conhecimento delas oriundo é fundado em raciocínios que fogem ao rigor da necessidade da experiência e se fundam na “fé e [n]a revelação divina” (HUME, 2004, p. 222).

REFERÊNCIAS

COELHO NETO, Carlos Inácio. **A noção de crença em David Hume**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

HUME, David. **Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

JUNNIOR NETO, Francisco Alvarenga; PASSOS, Isabella Martins. Simpatia e altruísmo moral em David Hume. **Intuitio**, PUCRS, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronica.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/32091>. Acesso em: 16 abr. 2021.

KAIL, Peter. Nietzsche e Hume: naturalismo e explicação. **Cadernos Nietzsche**, v. 29, p. 127-162, 2011.

KEMP-SMITH, Norman. **The philosophy of David Hume: a critical study of its origins and central doctrines**. London: Macmillan, 1964.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MONTEIRO, João Paulo. **Hume e a epistemologia**. Vila da Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

NEWTON, Isaac. **Philosophiae naturalis principia mathematica**. London: Willian Dawson & Sons Ltd., 1687.